

# 14

Um lugar ...



## RELATÓRIO & CONTAS

## **E\_Índice**

- \_ Relatório do Conselho de Administração**
- \_ Balanço**
- \_ Demonstração de Resultados**
- \_ Demonst. das Alterações nos Capitais Próprios**
- \_ Demonstração de Fluxos de Caixa**
- \_ Anexo às Demonstrações Financeiras**
- \_ Parecer do Fiscal Único e**
- Certificação Legal de Contas**



# **RELATÓRIO & CONTAS**



## E\_ Relatório do Conselho de Administração

# RELATÓRIO & CONTAS



## RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

2014

### INTRODUÇÃO

Em cumprimento do disposto na Lei 50/2012 de 31 de Agosto e nos Estatutos da Ecalma – Empresa Municipal de Estacionamento e Circulação de Almada, vem o Conselho de Administração, submeter à apreciação da Câmara Municipal de Almada, no exercício dos poderes titulares desta, previstos na alínea d) do art.º 24º dos Estatutos, o Relatório do Conselho de Administração, as Contas do Exercício, a proposta de aplicação de resultados e o parecer do Fiscal Único, relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

No corrente ano, para além da crise económica e social com repercussões negativas para a empresa, registaram-se outros factos que, pela sua importância, também do ponto de vista económico, se assinalam:

- No decorrer do ano a empresa, sem se afastar do seu papel de reguladora do estacionamento em Almada, adoptou uma estratégia de fiscalização preventiva no sentido de procurar sensibilizar os utentes para a importância da alteração de comportamentos e práticas (constantes do Código da Estrada) que, a não serem cumpridos, conduzirão à aplicação de taxas e coimas;
- Em consonância com o novo Regulamento Municipal de Estacionamento e Circulação de Almada, em Dezembro, a empresa passou a cobrar uma quantia a título de compensação pelos prejuízos resultantes da ocupação indevida do estacionamento tarifado à superfície, correspondendo esta sanção pecuniária ao triplo da tarifa correspondente ao tempo máximo permitido na respectiva zona de estacionamento de duração limitada onde a ocupação indevida ocorrer;
- Em Dezembro foi celebrado, entre a CMA e a Ecalma, o Contrato Programa 2015-2017 no montante de 297.000 euros para 2015 que integra, para além dos Parques de Estacionamento Subterrâneo e do Flexibus, a Gestão de Estacionamento de Residentes por não Ihe estarem, ainda, associados rendimentos próprios.
- As condições climáticas adversas que se fizeram sentir ao longo de todo o verão e o “roubo” das areias, pelo mar, nas praias junto ao paredão afectaram negativamente e de forma muito significativa os resultados esperados e revelados em sede de Orçamento, justificando grande parte (72%) dos desvios totais verificados e portanto do resultado líquido negativo do exercício.



Durante o ano de 2014, a Ecalma manteve as actividades decorrentes do seu objecto social:

- Gestão de Veículos em Fim de Vida – VFV's
- Gestão de Parques Sazonais das Praias do Rei e Rainha
- Gestão / Fiscalização da Costa de Caparica (Polis)
- Gestão do Parque da Avenida Afonso Henriques
- Gestão/Fiscalização do estacionamento à superfície (\*)
- Gestão / Fiscalização do estacionamento reservado a residentes
- Fiscalização do Código da Estrada e legislação complementar – Taxas e Coimas
- Gestão do Flexibus
- Gestão dos Parques Subterrâneos CMA

(\*) Em Dezembro, a fiscalização do estacionamento tarifado à superfície (parquímetros) passou a ser efectuada por uma equipa de Agentes de Estacionamento, contratados para o efeito, competindo-lhes a aplicação da sanção pecuniária, atrás referida, sempre que se verifique que as viaturas não apresentam o título de estacionamento válido.

No presente relatório procederemos a uma análise das estratégias desenvolvidas, da execução orçamental e dos resultados alcançados em cada uma das áreas de actividade da empresa.

## **1. GESTÃO DE VEÍCULOS EM FIM DE VIDA – VFV'S**

A crise económica e social que o país enfrenta e a reorganização interna do serviço e dos meios que lhe estão afectos permitiram que, em 2014, o rendimento obtido por meio da venda de VFV's alcançasse os 64.426 euros, ultrapassando em 19.426 euros o valor previsto em sede de Plano de Actividades e Orçamento.

A taxa de execução orçamental foi de 143%.

Esta é uma actividade de grande importância não só pelo impacto ambiental positivo que representa mas, também, por contribuir para o aumento da oferta de lugares de estacionamento na cidade.

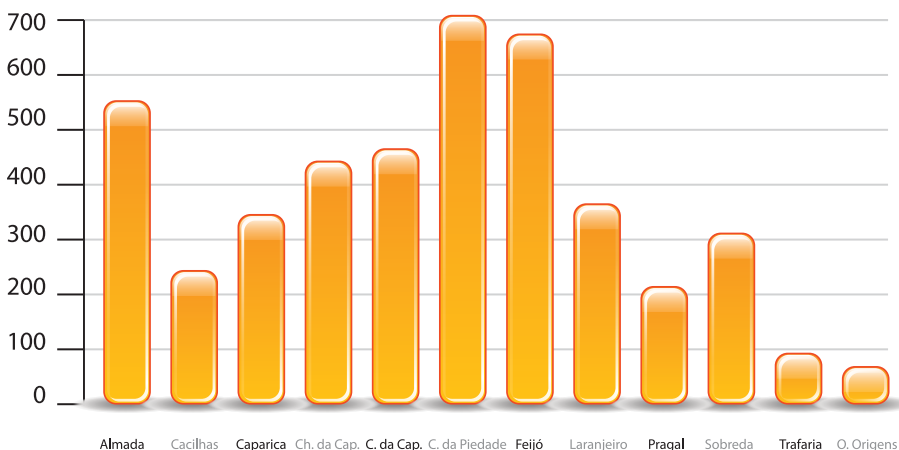
De Agosto de 2005 a Dezembro de 2014, foram removidos pela Ecalma 4.553 VFV's. Os VFV's doados ao município pelos residentes foram 1.190 (26%) e os VFV's abatidos em unidades credenciadas, para o efeito, foram 3.604.



O quadro abaixo distribui o número de remoções por freguesias:

### VFV's :: Removidos desde Agosto de 2005 até 31/12/2014

Almada	Cacilhas	Caparica	Ch. da Caparica	Costa da Caparica	C. da Piedade	Feijó	Laranjeiro	Pragal	Sobreda	Trafaria	Outras Origens
569	247	349	443	479	706	689	372	215	316	95	73
<b>Total :: 4.553</b>											



## 2. GESTÃO DE PARQUES SAZONAIS DAS PRAIAS DO REI E RAINHA

Os resultados de exploração desta área de actividade dependem, em boa parte, das condições climáticas. Em 2014 as condições climáticas influenciaram, como já salientado, de forma negativa, os rendimentos provenientes destes parques sazonais.

A taxa de execução orçamental foi de, apenas, 78% significando um rendimento de 93.035 euros, inferior ao previsto em cerca de 27.000 euros.

No quadro seguinte pode observar-se a evolução, ao longo dos anos, do nº de veículos que utilizaram estes parques de estacionamento. De notar a quebra registada em 2014:

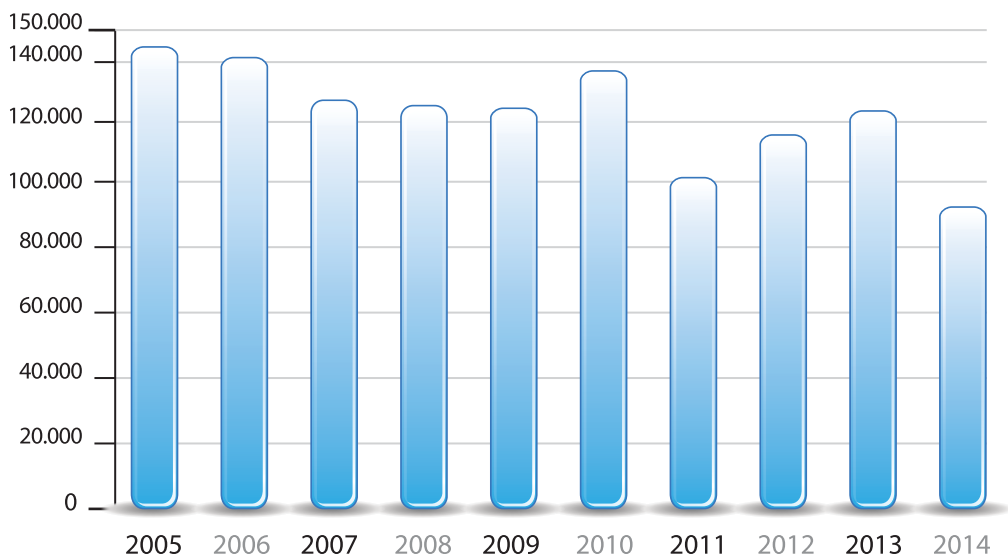
Anos	Motos	Ligeiros	Pesados	Total
<b>2014</b>	<b>1.166</b>	<b>99.176</b>	<b>1.238</b>	<b>101.580</b>
2013	1.056	126.724	1.232	129.012
2012	920	118.789	1.321	121.030
2011	1.626	110.735	1.282	113.643
2010	1.439	144.940	1.484	147.863
2009	970	126.113	1.729	128.812
<b>var. % - 2013\2014</b>	<b>10,42 %</b>	<b>-21,74 %</b>	<b>0,49 %</b>	<b>-21,26 %</b>



O quadro abaixo mostra a evolução dos rendimentos desta área de actividade ao longo dos anos:

### Rendimentos :: Praias.PARQUES

2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
144.909	141.466	124.309	123.539	122.614	138.839	104.380	116.877	121.072	93.035



### 3. GESTÃO/FISCALIZAÇÃO COSTA DE CAPARICA

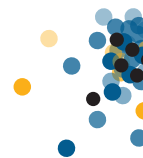
Os rendimentos obtidos, em 2014, com as actividades sazonais ficaram aquém do orçamentado em sede de Plano de Actividades e Orçamento.

#### 3.1 PARQUE

Em 2014, o rendimento desta actividade foi de 42.026 euros ficando aquém do valor previsto em sede de Plano de Actividades e Orçamento em cerca de 24.000 euros. Duas razões estiveram na origem destes resultados: por um lado o verão instável que se fez sentir, já referido no ponto anterior e, por outro lado a reposição tardia (em final de Agosto) das areias nas praias que estes parques servem.

No primeiro ano de realização do Festival “O Sol da Caparica”, que decorreu nos dias 14,15,16 e 17 de Agosto na Caparica, os lugares dos parques sob a gestão da Ecalma ficaram reservados, naqueles dias, ao evento tendo a empresa sido ressarcida, por parte da CMA em 7.500 euros, correspondendo este valor a um rendimento líquido de IVA de 6.098 euros em compensação por “lucros cessantes”.

A taxa de execução foi de 64%.



### 3.2 PARQUÍMETROS – COSTA DE CAPARICA

Como atrás foi referido as condições climáticas verificadas durante todo o verão não permitiram a arrecadação da receita prevista para as actividades sazonais. Contudo e, em relação aos parquímetros, a localização destes, junto das praias, mas também próximo da zona comercial (lojas, restaurantes, esplanadas) da Costa de Caparica, permitiu um rendimento, ainda assim, de 61.901 euros. Por outro lado, na impossibilidade de se efectivar o investimento em parquímetros, de acordo com o mapa de investimentos que integrou o Plano de Actividades e Orçamento para este ano, a empresa optou por, não retirar equipamento da cidade, procedendo ao aluguer de máquinas para a Costa de Caparica. As máquinas colocadas na Costa da Caparica, por serem novas, não registaram avarias e um ou outro episódio de vandalismo foi resolvido, no imediato, pela empresa com a qual contratámos o referido aluguer.

O valor realizado afastou-se do previsto em cerca de 5.099 euros e a taxa de execução orçamental situou-se nos 92%. A ‘margem’ verificada foi, menor em razão dos gastos com o aluguer dos parquímetros que ascenderam a 39.450 euros – correspondendo a 64 % do rendimento.

### 4. GESTÃO DO PARQUE DA AVENIDA AFONSO HENRIQUES

O parque da Av. Afonso Henriques, em virtude das políticas condicionadas por factores de ordem social que se adoptaram, continua e continuará a não conseguir gerar receitas anuais suficientes para fazerem face aos elevados gastos do parque. Este parque foi criado sobretudo para apoiar o comércio local sendo as suas receitas provenientes, exclusivamente, dos lugares rotativos.

O rendimento obtido no parque foi de 18.101 euros, inferior ao previsto em cerca de 6.400 euros. A taxa de execução orçamental situou-se nos 74%.

No final do ano estavam em curso ‘negociações’ que conduzirão provavelmente à rescisão de contrato entre a Ecalma e a Auto Monumental de Almada, tendo em conta o impacto negativo que o resultado do parque tem vindo a ter, ao longo dos anos, no resultado global da empresa.





## 5. A ACÇÃO FISCALIZADORA DE ECALMA

Em virtude do forte impacto das medidas de austeridade impostas pelo governo nos rendimentos das famílias, em 2014, a empresa optou por implementar medidas menos penalizadoras para os utentes. Para além da fiscalização preventiva que se tem vindo a desenvolver advertindo os utentes para a aplicação de taxas e coimas nos casos de infracção ao Código da Estrada a empresa implementou, em meados de Dezembro, o pagamento de uma compensação por ocupação indevida (COI) do estacionamento tarifado à superfície, a que já nos referimos anteriormente e que desenvolveremos mais adiante, neste documento.

Tais medidas tiveram, como veremos, repercussões nos rendimentos provenientes da fiscalização.

### 5.1 GESTÃO/FISCALIZAÇÃO DO ESTACIONAMENTO À SUPERFÍCIE

#### I PARQUÍMETROS – CIDADE I

A difícil gestão de equipamentos obsoletos (parquímetros) está na origem da arrecadação de uma receita inferior à receita orçamentada. Não foi possível, em 2014, por uma necessária contenção de gastos, proceder-se à aquisição de novos parquímetros, conforme Mapa de Investimentos constante do Plano de Actividades e Orçamento para 2014. Tal facto significou um enorme esforço da empresa em resolver, de forma célere, as avarias que, ao longo do ano, foram ocorrendo por forma a não lesar os utentes utilizadores do estacionamento à superfície.

Em 2014 a Ecalma prosseguiu com o reforço da fiscalização de dissuasão, pela presença, na proximidade dos parquímetros e, em meados de Dezembro implementou o pagamento de uma sanção pecuniária a título de compensação pelos prejuízos por ocupação indevida do local de estacionamento. Esta medida permite ao utente infractor, antes de aplicada a coima, proceder ao pagamento de uma quantia que se fixou nos 4.50 euros, no prazo de 48 horas. Findo este prazo, a consequência será a aplicação da coima ao utente não pagador da referida quantia. Sendo ainda prematuro retirarem-se conclusões definitivas foi possível, no entanto, apurar que a taxa de cobrança da sanção pecuniária, em Dezembro, se situou nos 50%.

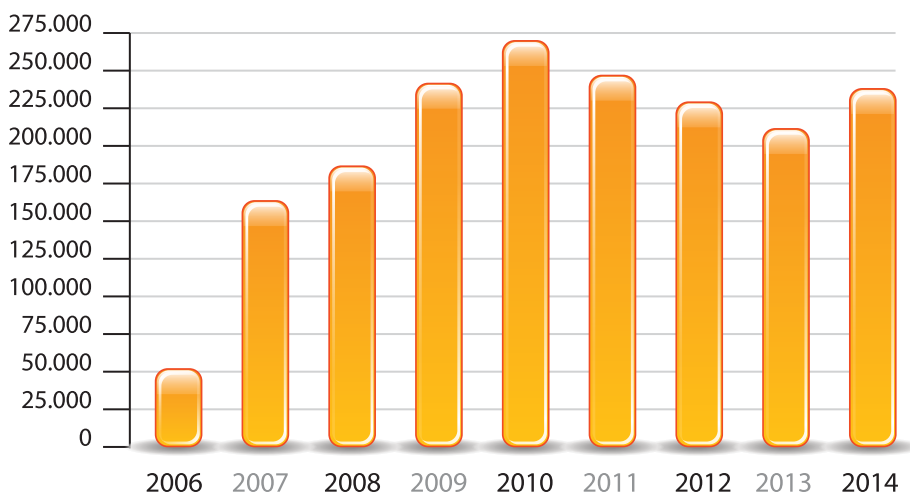
Apesar das condicionantes o rendimento proveniente dos parquímetros foi de 234.901 euros, sendo 1.141 euros relativos à COI em resultado da actuação dos Agentes de Estacionamento que teve início em meados de Dezembro.



A taxa de execução dos parquímetros na cidade foi de 84%

### Parquímetros :: CIDADE

2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
51.569	164.589	181.471	241.508	270.475	248.576	227.665	216.289	233.760



### 5.2 FISCALIZAÇÃO NA (ANTIGA) ZONA PEDONAL

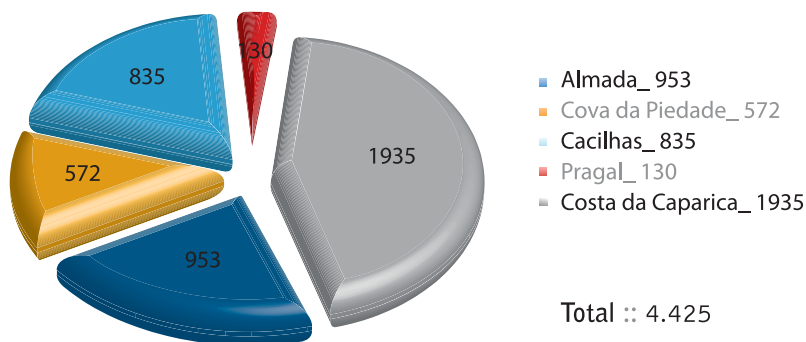
Esta zona constitui, hoje, uma oferta de estacionamento gratuito, ainda que, por tempo muito limitado.

### 5.3 GESTÃO/FISCALIZAÇÃO DO ESTACIONAMENTO RESERVADO A RESIDENTES

O novo Regulamento Geral de Estacionamento veio desburocratizar o processo de emissão dos cartões de residente por efeito de alterações aos critérios de atribuição do mesmo.

Tal facto teve como consequência um aumento de pedidos de emissão do cartão.

Em 2014 foram emitidos 4.425 cartões (novos e renovações) distribuídos por freguesia conforme o gráfico seguinte:



Total :: 4.425



A gratuitidade do cartão de residente, alargado à Costa de Caparica, faz com que a Ecalma não seja ressarcida dos gastos tidos, não só com a afectação de Agentes de Fiscalização às zonas de residentes mas, também, com os inerentes a todo o processo administrativo de tratamento, emissão e renovação dos títulos de residentes. Trata-se de uma área de actividade cuja sustentabilidade própria não é garantida por não lhe estarem associados, até à data, quaisquer rendimentos.

Tratando-se de uma actividade de interesse geral, a mesma foi incluída no Contrato Programa 2015-2017 celebrado, ainda em 2014, tendo-lhe sido atribuído um subsídio à exploração no valor de 80.000 euros correspondendo, este montante, a cerca de 1/3 do valor que seria necessário para rentabilizar esta actividade, se analisada autonomamente, de acordo com estudo elaborado.

## 5.4 FISCALIZAÇÃO DO CÓDIGO DA ESTRADA E LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR TAXAS E COIMAS

### 5.4.1 – Taxas de remoções, bloqueios e diárias

Tendo presente o impacto das medidas de austeridade no rendimento disponível das famílias a empresa retomou, durante um período de tempo, a advertência como forma de sensibilizar os utentes para a aplicação de taxas, nos casos de incumprimento do Código da Estrada.

Consequentemente registou-se, em 2014, um decréscimo considerável nos rendimentos provenientes das taxas.

O rendimento global decorrente da aplicação de taxas foi de 174.663 euros significando uma arrecadação de menos 118.300 euros face ao orçamentado.

A taxa de execução foi de 60%.

### 5.4.2 – Coimas

#### 5.4.2.1 – Coimas – Cobrança Directa Ecalma

Nos meses que antecederam a implementação da sanção pecuniária nos lugares de estacionamento à superfície a Ecalma procedeu à colocação de advertências, nas viaturas estacionadas em zonas dos parquímetros, como forma de informar/alertar os utilizadores daqueles lugares de estacionamento para a nova solução que seria implementada em meados de Dezembro.

Foi possível concluir-se que 50% dos utilizadores daqueles lugares de estacionamento optaram por não pagar a sanção pecuniária ficando, desta forma, sujeitos à aplicação da coima.

Os rendimentos nesta área ascenderam a 231.568 euros, correspondendo este valor a uma taxa de execução global de 79%.



#### 5.4.2.1 – Percentagem de coimas ANSR

A normalização das relações e dos procedimentos entre a Ecalma e a ANSR teve, em 2014, um impacto positivo nos rendimentos provenientes das coimas cobradas por aquela entidade e transferidos para a Ecalma.

As transferências, devidas à Ecalma e efectuadas pela ANSR significaram um rendimento de 77.311 euros.

### 6. FLEXIBUS

Sendo a ideia deste serviço do agrado de todos e sobretudo dos mais idosos, neste momento, e devido às deficiências que o serviço tem vindo a apresentar, os utilizadores do Flexibus têm-se mostrado descontentes e a perder a confiança no serviço. Assim, julgamos ser importante que a CMA e a Ecalma procedam a uma avaliação acerca da possível substituição dos veículos utilizados. Ao longo do ano foram constantes as avarias neste meio de transporte e por períodos demasiado longos. Por outro lado, esta avaliação deverá ser feita também no que respeita à possibilidade deste serviço se estender, pelo menos, até ao Hospital e ao SAP de Almada, conforme solicitação dos utilizadores do Flexibus.

Analisando a procura do serviço e as preferências dos seus utilizadores confirma-se a tendência de sempre; este serviço é procurado, sobretudo, pelos utentes com idade superior aos 65 anos. Estes utentes (Seniores) contribuíram para o rendimento global do Flexibus em 2014 com 76%. Os Juniores e os Flexi representaram, respectivamente, 11% e 13% do rendimento global deste serviço de mobilidade inclusiva.

Por natureza de título, os mais procurados são os títulos de transporte para 30 dias, contribuindo estes para o rendimento com 65%, seguidos dos títulos de 1 viagem com 35% e por fim, com um contributo praticamente nulo, os títulos para 15 dias.

Os rendimentos provenientes da venda de títulos Flexibus foi de 2.661 euros, significando este valor uma taxa de execução de 74%.

Em 2014 o Flexibus integrou, à semelhança de no ano anterior, o Contrato Programa entre a CMA e a Ecalma. O valor do subsídio à exploração manteve-se nos 62.000 euros.

O défice de exploração foi, no corrente ano, de 62.294 euros, superior ao registado em 2013, em consequência de menor receita e de um aumento dos gastos com electricidade dada a frequência com que as baterias têm que ser carregadas.

Pelo que atrás foi exposto não foi possível, em 2014, aumentar a venda de títulos Flexibus em 4%, conforme previsto na cláusula terceira do Contrato Programa.



## 7. PARQUES SUBTERRÂNEOS (CMA)

Em 2014 a renovação do Contrato Programa (CP) para a gestão dos Parques de Estacionamento subterrâneos foi aprovada pelo órgão executivo e deliberativo do Município atribuindo à Ecalma um Subsídio à Exploração até 154.500 euros, inferior em 5.500 euros ao valor atribuído em 2013.

Os parques apresentaram, em 2014, um défice de exploração de 158.626 euros, resultado este idêntico ao verificado em 2013, 'compensado' pelo acima referido subsídio à exploração em sede de CP.

O rendimento global, de 180.824 euros, obtido em 2014 revela um acréscimo de 4%, aproximadamente, quando comparado com o ano de 2013. Ao analisarmos os rendimentos pelo tipo de utilização: avenças e rotativos, concluímos ter havido um decréscimo nos rendimentos provenientes da venda de rotativos, no conjunto dos cinco parques subterrâneos, de cerca de 3% e um acréscimo de, aproximadamente, 4% nos rendimentos que resultaram da venda de avenças.

De referir que o fecho do portão de acesso ao parque do Laranjeiro, por razões de segurança, permitindo, durante o período nocturno, que apenas tenham acesso ao parque os utentes com avença, fez com que, em 2014, este parque se destacasse dos restantes como o que maior acréscimo registou no rendimento proveniente da venda de avenças.

O decréscimo verificado nos rotativos poderá justificar-se pelo facto de o estacionamento à superfície ser "mais barato" quando comparado com o estacionamento nos parques subterrâneos. Desta forma parece-nos adequado ajustarem-se os tarifários dos rotativos tornando-os 'competitivos' em relação aos parquímetros com duas consequências positivas: melhorar a tendência para a sustentabilidade dos parques por via da "transferência" de utentes dos parquímetros para os parques e criar melhores condições de "mobilidade" no estacionamento à superfície com vantagens sobretudo para o comércio nas zonas envolventes dos parques.

A venda de avenças contribuiu para o rendimento dos parques subterrâneos com 93% e os rotativos apenas com 7%.

Em 2014 a Ecalma conseguiu cumprir com o pressuposto constante da clausula 3ª do Contrato Programa aumentando a venda de avenças em 4%, muito acima dos 0.5% de aumento previstos no C.P, ficando muito aquém (-3%) do pressuposto constante da mesma clausula mas relativo aos rendimentos provenientes dos rotativos de aumentar em 4% os rendimentos resultantes da venda de rotativos.

A Ecalma prosseguirá com a acção de sensibilização e fiscalização, sobretudo junto dos parques de estacionamento, com o intuito de acabar com o estacionamento abusivo que ainda persiste.



## 8. COMUNICAÇÃO IMAGEM E INFORMAÇÃO

O site da Ecalma continuou a desempenhar um importante papel na estratégia de comunicação da empresa que se pretendeu ser para todos (trabalhadores e utentes) embora tenham diminuído, ligeiramente, as visitas ao site.

Em 2014 continuou-se a trabalhar tendo presente a necessária poupança na produção dos trabalhos desenvolvidos utilizando materiais mais económicos e diminuindo o número de cores na impressão dos documentos. Por outro lado, e sempre que possível, optou-se por produzir internamente alguns documentos como por exemplo as senhas de parquímetros semanais e todos os cartões de estacionamento autorizado.

No ano em que se comemoraram os 10 anos da Ecalma, procedeu-se a um re-design da imagem corporativa e apresentou-se uma assinatura comemorativa - 10 anos com lugar na cidade.

## 9. RECURSOS HUMANOS

### 9.1 QUADRO DE PESSOAL

A empresa conta actualmente com 68 trabalhadores.

Em 2014, rescindiram o contrato de trabalho com a Ecalma 4 trabalhadores. Ao longo do ano foram abertos dois processos de mobilidade interna possibilitando, desta forma, aos trabalhadores a transferência para outras áreas de actividade da empresa. O primeiro processo foi desencadeado pela saída de um trabalhador com a função de Operador de Equipamentos de Gestão. O resultado foi a transferência de um trabalhador, afecto ao parque da Bento Gonçalves em regime nocturno, desde a abertura do parque em 2010, para Operador de Equipamentos de Gestão. O segundo processo de mobilidade interna surgiu com a necessidade de colocar na rua os, actualmente, denominados Agentes e Estacionamento com a responsabilidade de verificarem a validade dos títulos de estacionamento nas viaturas estacionadas nas zonas tarifadas à superfície e aplicarem a compensação pecuniária prevista, -COI- já referida anteriormente. Deste processo resultou a transferência de três trabalhadores afectos aos parques de estacionamento, dois a desempenharem funções em regime nocturno no parque da Bento Gonçalves e outro a desempenhar funções no parque da Capitão Leitão.

Em virtude da rescisão de quatro trabalhadores e das transferências de meios humanos entre áreas de actividade, houve necessidade de se proceder à contratação de quatro trabalhadores para afectar aos parques de estacionamento subterrâneos.

De referir ainda que dos trabalhadores da Ecalma, 50% são homens e 50% são mulheres.



Nos meses de Junho, Julho, Agosto e Setembro, e à semelhança do que acontece todos os anos, a empresa contratou a termo certo 12 Assistentes de Fiscalização, 8 afectos aos parques do Rei e Rainha e 4 afectos ao parque da Costa de Caparica.

Actualmente, à excepção dos quatro trabalhadores contratados em 2014 e que têm com a Ecalma um contrato de trabalho, por tempo certo, todos os outros trabalhadores têm vínculo efectivo à empresa.

Quadro de PESSOAL														
CATEGORIA	2013	EVOLUÇÃO em 2014												Total
	Jan.	Feb.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ag.	Set.	Out.	Nov.	Dez.		
Directora Geral	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Técnico Superior - Jurista	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Técnico Especialista - TQC	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Técnico Especialista - Fiscalização	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Técnico Especialista - Designer	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Assistente Administrativa	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Agentes de Fiscalização/ Assistentes de AF's	27	25	25	25	25	25	37	37	37	35	22	22	22	22
Operadores de Equipamentos de Gestão (parques)	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	17	17
Operadores de Equipamentos de Gestão	2	2	2	2	2	2	2	2	1	2	2	2	2	2
Auxiliares Serviços Administrativos de Fiscalização	7	8	8	8	8	8	9	9	9	8	8	8	8	8
Motoristas	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Motoristas Transportes Públicos	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
Auxiliares de Serviços Administrativos	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Coordenador	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1
Agentes de Estacionamento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	3
<b>Total de Pessoal</b>	<b>69</b>	<b>68</b>	<b>68</b>	<b>68</b>	<b>68</b>	<b>68</b>	<b>81</b>	<b>81</b>	<b>80</b>	<b>79</b>	<b>66</b>	<b>66</b>	<b>68</b>	<b>68</b>

■ \_ trabalhadores a tempo parcial | 1 advogada/ 1 designer | ■ \_ trabalhadores sazonais | 8 parques Rei e Rainha/ 4 parque Costa |

NOTA\_ O quadro supra está organizado por categorias profissionais. O número de trabalhadores mencionado numa dada categoria pode não ser exactamente coincidente com as suas atribuições e responsabilidades funcionais.

## 9.2 INSTALAÇÕES

Em 2014 e, apesar da política de contenção que a situação do país e da empresa impuseram, foi possível procederem-se, apenas, a alguns melhoramentos nas instalações da sede da empresa: substituição de alcatifas, pintura de algumas salas e reparação do telhado.

## 10. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

### 10.1 – RENDIMENTOS

Em 2014 a taxa de execução dos rendimentos próprios, líquidos de subsídios, foi de 86%.

Num ano em que foram tomadas algumas medidas e implementadas soluções, por certo menos penalizadoras para os utentes, era expectável uma quebra dos rendimentos provenientes, sobretudo, da fiscalização, que acabou por se verificar. Por outro lado, as condições climáticas que se fizeram sentir nos meses de verão e a tardia reposição das areias nas praias localizadas junto aos parques sob a



exploração da Ecalma contribuíram para o desvio negativo, do executado face ao orçamentado, também no rendimento proveniente das actividades sazonais (Gestão de praias e parquímetros).

As condicionantes acima explicam, por si só, o défice de execução, representando como já referido na introdução quase 2/3 dos desvios globais do exercício.

A crise e a consequente quebra nos rendimentos das famílias contribuíram também, de forma negativa, para a arrecadação de receita em algumas áreas de actividade da empresa.

Nas coimas a redução no rendimento líquido das famílias teve repercussões na arrecadação de receita por esta via uma vez que os utentes optaram por direccionar os rendimentos para outro tipo de despesas atrasando, assim, o pagamento das coimas que lhes são aplicadas por infracção ao Código da Estrada. Por outro lado, a aplicação de advertências nos meses que antecederam a implementação da aplicação da sanção pecuniária por estacionamento abusivo nos lugares tarifados à superfície, já referido no ponto 5.4.2.1, e a aplicação, em meados de Dezembro desta sanção, tiveram uma já esperada quebra nos rendimentos provenientes da aplicação de coimas pela Ecalma.

A taxa de execução das coimas – cobrança directa Ecalma foi de 79%. Como referido no ponto 5.4.2.1 a normalização de procedimentos com a ANSR permitiu, à Ecalma, nas Coimas cobradas por aquela entidade, um desvio positivo do executado face ao orçamentado, muito significativo. Cumulativamente (cobrança directa e via ANSR) a taxa de execução foi de 103% verificando-se um superavit de 10.419 euros.

A fiscalização preventiva, no sentido de se advertirem os utentes para as consequências do não cumprimento do C.E, e a necessidade de, também em 2014, se mobilizarem meios humanos para a Costa de Caparica, por via da entrada em vigor do Regulamento específico de Estacionamento e Circulação da UGEC Costa de Caparica – Praias, em 2013, tiveram como consequência uma redução muito significativa dos rendimentos provenientes da aplicação de taxas (remoções, bloqueios e diárias), comparativamente com anos anteriores, e um desvio negativo do executado face ao orçamentado em cerca de 118.300 euros.

A taxa de execução orçamental ficou-se nos 60%.

O estado obsoleto dos parquímetros existentes na cidade e a impossibilidade de a empresa proceder à substituição deste equipamento devido a uma necessária contenção de gastos conduziram a uma taxa de execução orçamental de 84%.

Para a Costa da Caparica, como referido no ponto 3.2, a empresa optou por proceder ao aluguer de parquímetros. Este facto e a proximidade do equipamento não só das praias mas também da zona comercial da Costa de Caparica possibili-





tou que, apesar do verão atípico que se fez sentir, se conseguisse uma taxa de execução de 92%.

No que diz respeito aos parques de estacionamento sazonais, situados nas praias do Rei e Rainha e na Costa de Caparica reforça-se o rendimento abaixo do previsto em virtude do verão atípico, a que já fizemos alusão neste documento e, concretamente, no parque junto ao paredão da Costa de Caparica, também do problema da tardia recolocação das areias naquelas praias conduzindo a taxas de execução orçamental de 78%, respectivamente.

## 10.2 – GASTOS

No que diz respeito aos gastos, e à semelhança de em anos anteriores a empresa revelou eficácia no controlo dos gastos tendo registado uma taxa de execução de 96%.

Na rubrica Fornecimentos e Serviços Externos a taxa de execução foi de 97%. Nesta rubrica, importa uma referência às sub-rubricas Vigilância e Segurança, Rendas e Alugueres e Outros Gastos e Perdas por terem registado taxas de execução de 216%, 191% e 153%, respectivamente. Durante os meses de Verão foi necessário contratar-se uma empresa de segurança para que as viaturas removidas na Costa de Caparica não fossem objecto de, eventuais, actos de vandalismo. Tal facto significou um desvio negativo do executado face ao orçamentado de cerca de 3.700 euros. De igual modo, no período de Junho a Setembro, por via de alguma incerteza relativa a uma quebra nos rendimentos provenientes da fiscalização (coimas e taxas), devido a alterações estratégicas acima referidas, e de uma previsão de um verão menos estável, a empresa não concretizou boa parte dos investimentos previstos em sede de Plano de Actividades e Orçamento, nomeadamente, a aquisição de parquímetros. Assim, a Administração optou por proceder ao aluguer deste equipamento para a Costa de Caparica, como atrás referido, elevando, desta forma o valor orçamentado na sub-rubrica Rendas e Alugueres em mais 38.300 euros.

Na rubrica Gastos c/ Pessoal a taxa de execução foi de 93%.

Os gastos com remunerações, abaixo do previsto em cerca de 51.500 euros, justificam-se não só por uma orçamentação sem os cortes, que vieram a ser impostos, mas também por uma taxa de assiduidade real superior à taxa prevista na 'construção' do orçamento. O valor orçamentado foi calculado tendo por base uma taxa de absentismo de 3,5% e verificou-se que a taxa de absentismo real em 2014 foi de 14%. Esta taxa de absentismo tem reflexos, obviamente, também no valor dos encargos sociais cujo valor executado se afastou do previsto em cerca de 11.000 euros.

De referir ainda o desvio de 18.400 euros, aproximadamente, que resulta do facto de a Ecalma não ter executado o valor previsto para formação.



## 11. INVESTIMENTO / FINANCIAMENTO

Dos 152.080 euros previstos no mapa de investimento para 2014, apenas se executaram 9.125 euros, “arrumados” de acordo com a sua natureza no quadro abaixo:

DESCRIPTIVO	VALORES
_ PDA'S	450,99
_ Impressoras	2.100,00
_ PC's	3.459,00
_ Licenças	3.115,00
<b>Total</b>	<b>9.124,99</b>

## 12. SITUAÇÃO ECONOMICO-FINANCEIRA

Num ano em que a empresa desenvolveu estratégias que, sem colocarem em causa os princípios fundadores da Ecalma, tiveram em consideração as dificuldades económicas dos almadenses e em que a empresa foi preparando, ao longo dos meses, a implementação de uma solução menos penalizadora para os utentes (aplicação de uma sanção pecuniária no estacionamento abusivo à superfície), era expectável um decréscimo nos rendimentos provenientes, sobretudo, da fiscalização. Por outro lado, em áreas de actividade (sazonais) em que o maior ou menor rendimento que delas se obtém não depende, exclusivamente, da acção da Ecalma mas de factores exógenos como o são as condições climáticas e a tardia reposição das areias de algumas praias, os valores executados podem afastar-se, de forma significativa, dos valores orçamentados prejudicando, assim, o resultado expectável.

A continuada reflexão e as diligências em curso, em seu resultado, dado o forte impacto negativo que o resultado do parque da Av. Afonso Henriques tem tido no resultado global da empresa, permitem perspectivar soluções que reduzam, se não extingam, o impacto negativo nas contas da empresa.

## 13. PREVISÃO PARA O ANO DE 2015

1. Os valores registados, nos primeiros meses do ano, relativos aos rendimentos provenientes do estacionamento à superfície indiciam um acréscimo de rendimento nos parquímetros. A actuação dos Agentes de Estacionamento nas zonas dotadas deste equipamento, o facto de ser menos penoso para o utente o pagamento de uma quantia fixada nos 4,50 euros em vez dos 30,00 euros resultantes da aplicação de uma coimas e a substituição dos parquímetros resultarão, estamos em crer, num acréscimo de rendimento nesta área de actividade;



2. A gestão da Ecalma deverá tender para a sua auto sustentabilidade de forma sustentada, não só mas também por força da lei, dispensando no limite do possível o recurso a subsídios à exploração pela CMA, sem por em causa o interesse geral e social da missão da empresa. Neste contexto a empresa vai estudar com a CMA a hipótese de vir a ser cobrado aos residentes o cartão que, actualmente, é gratuito por forma a minimizar os elevados custos de produção e do processo administrativo associados.

Refiram-se outras estratégias a implementar:

- Alargamento do serviço Flexibus a mais algumas áreas, complementando as carreiras dos Transportes Sul do Tejo e cumprindo um serviço social de apoio às populações mais carenciadas ou com maiores dificuldades de mobilidade.
- A necessidade de ajustar o tarifário dos parques de estacionamento subterrâneo no sentido da sua eventual redução tornando-os “competitivos” relativamente aos parquímetros, gerando melhores condições de mobilidade no estacionamento à superfície.
- Introdução do Cartão-Cidade permitindo aos utentes a entrada em todos os parques subterrâneos.

## 15. RESULTADO DO EXERCÍCIO E PROPOSTA DE APLICAÇÃO

No exercício de 2014 obteve-se um EBITDA positivo (Resultado Antes de Depreciação, gastos de financiamento e imposto sobre o rendimento) de 68.163,76 euros. Consideradas as depreciações no montante de 138.592,89 euros, o resultado financeiro positivo de 27,14 euros e o Imposto sobre o Rendimento no montante de 3.616,38 euros, correspondente à tributação autónoma, apurou-se um Resultado Líquido negativo de 74.018,37 euros, propondo-se que o mesmo seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

## 16. NÚMERO 5 DO ARTIGO 66º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

- alínea b) Não há factos relevantes a registar ocorridos após o termo do exercício.
- alínea e) Não foram concedidas quaisquer autorizações a negócios entre a empresa e os seus administradores



## 17. NOTAS FINAIS

O Conselho de Administração manifesta a maior satisfação pelo bom acolhimento que tem continuado a merecer das mais diversas entidades com as quais a empresa mantém contactos e desenvolve relações.

Neste quadro cabem particulares e sinceros agradecimentos aos Comandos da PSP e GNR e seus agentes bem como aos Serviços da Câmara Municipal de Almada.

Ao Dr. Nuno Borges, em representação do Fiscal Único Jorge Macedo & Nuno Borges, SROC, e a todos os colaboradores, trabalhadores ou prestadores de serviços o Conselho de Administração manifesta o mais vivo apreço e agradecimento pela dedicação, empenho e espírito colectivo postos no exercício das funções ou prestação de serviços.

A ECALMA continuará a cumprir a gratificante missão de assegurar o usufruto qualificado, na área do estacionamento, do espaço público urbano aos Almadenses.

Almada, 31 de Março de 2015

*O Conselho de Administração*

*Rui Jorge Martins*  
Presidente

*Fernanda Gaspar*

## ANEXO AO RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



### INFORMAÇÃO EXIGIDA POR DIPLOMAS LEGAIS

Em conformidade com o nº4 do artº 448º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que o Município de Almada é detentor de 100% do Capital Social da Ecalma, no valor de 250.000 euros.



Um lugar ...

**E\_ Balanço**

# **RELATÓRIO & CONTAS**

## BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014



Euros

	Notas	31.dez.2014	31.dez.2013
<b>ATIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Activos fixos tangíveis	2	355.310,15	470.167,27
Participações financeiras (método de equivalência patrimonial)	14	997,60	997,60
Subtotal		356.307,75	471.164,87
<b>Activo corrente</b>			
Clientes	6	21.749,84	10.315,71
Estado e outros entes públicos	6	15.741,03	14.827,00
Outras contas a receber	6	4.386,15	10.000,88
Diferimentos	6	16.951,40	19.774,46
Caixa e depósitos bancários	1	104.084,99	194.998,08
Subtotal		162.913,41	249.916,13
<b>Total do ativo</b>		<b>519.221,16</b>	<b>721.081,00</b>
<b>CAPITAIS PRÓPRIOS</b>			
<b>Capital Próprio e Passivo</b>			
Capital Próprio			
Capital realizado	7	250.000,00	250.000,00
Reservas legais	7	345,86	45,86
Outras reservas	7	5.407,20	0,00
Resultados transitados	7	871,20	871,20
Outras variações de capital próprio	5,7	176.163,85	251.698,14
Subtotal		432.788,11	502.615,20
Resultado líquido do exercício		-74.018,37	5.707,20
Total do capital próprio		358.769,74	508.322,40
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Passivo por impostos diferidos	7	56.307,61	85.834,24
Outras contas a pagar		0,00	396,69
Subtotal		56.307,61	86.230,93
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	6	25.620,03	43.892,23
Estado e outros entes publicos	6	30.710,46	34.043,59
Outras contas a pagar	3,6	35.148,30	34.482,98
Diferimentos	6	12.665,02	14.108,87
Subtotal		104.143,81	126.527,67
Total do Passivo		160.451,42	212.758,60
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>519.221,16</b>	<b>721.081,00</b>

15

A Administração  
  
 Fernando Gomes



Um lugar ...

## E\_ Demonstração de Resultados

# RELATÓRIO & CONTAS



DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS  
POR NATUREZA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014



Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31.dez.2014	31.dez.2013
Vendas e serviços prestados	4	1.189.086,28	1.286.283,83
Subsídios à exploração	5	222.000,00	218.062,17
Fornecimentos e serviços externos	8	-411.083,89	-411.493,51
Gastos com pessoal	9	-1.028.865,21	-1.058.983,10
Outros rendimentos e ganhos	10	113.678,09	110.085,01
Outros gastos e perdas	11	-16.542,41	-10.934,22
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		68.272,86	133.020,18
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	12	-138.592,89	-124.124,61
Imparidade de activos depreciables / amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-70.320,03	8.895,57
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		-81,96	-225,96
Resultado antes de impostos		-70.401,99	8.669,61
Impostos sobre o rendimento do período	6,13	-3.616,38	-2.962,41
<b>Resultado liquido do período</b>		<b>-74.018,37</b>	<b>5.707,20</b>

O Técnico Oficial de Contas

A Administração

Fernando Gomes  
L. de R. L. R.



Um lugar ...

**E\_ Demonst. das Alterações nos Capitais Próprios**

# **RELATÓRIO & CONTAS**



**DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO - EXERCÍCIO DE 2013**

(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Total do Capital Próprio
<b>POSIÇÃO EM 01-01-2013</b>	<b>1</b>	<b>250.000,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>321.866,97</b>	<b>917,06</b>	<b>572.784,03</b>	<b>572.784,03</b>
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>									
Primeira adopção de novo referencial contabilístico								-	-
Alterações de políticas contabilísticas								-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								-	-
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis								-	-
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações								-	-
Ajustamentos por impostos diferidos	7					(85.834,24)		(85.834,24)	(85.834,24)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	7,13		45,86		871,20	15.665,41	(917,06)	15.665,41	15.665,41
	<b>2</b>		<b>45,86</b>		<b>871,20</b>	<b>(70.168,83)</b>	<b>(917,06)</b>	<b>(70.168,83)</b>	<b>(70.168,83)</b>
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>3</b>						<b>5.707,20</b>	<b>5.707,20</b>	<b>5.707,20</b>
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>	<b>4=2+3</b>						<b>4.790,14</b>	<b>(64.461,63)</b>	<b>(64.461,63)</b>
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>									
Realizações de capital								-	-
Entradas para cobertura de perdas								-	-
Outras operações	5							-	-
<b>POSIÇÃO NO FIM DE 31-12-2013</b>	<b>6=1+2+3+5</b>	<b>250.000,00</b>	<b>45,86</b>	<b>-</b>	<b>871,20</b>	<b>251.698,14</b>	<b>5.707,20</b>	<b>508.322,40</b>	<b>508.322,40</b>

**DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO - EXERCÍCIO DE 2014**

(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Total do Capital Próprio
<b>POSIÇÃO EM 01-01-2014</b>	<b>6</b>	<b>250.000,00</b>	<b>45,86</b>	<b>-</b>	<b>871,20</b>	<b>251.698,14</b>	<b>5.707,20</b>	<b>508.322,40</b>	<b>508.322,40</b>
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>									
Primeira adopção de novo referencial contabilístico								-	-
Alterações de políticas contabilísticas								-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								-	-
Realização do excedente de revalorização de activos								-	-
Excedentes de revalorização de activos e respectivas variações								-	-
Ajustamentos por impostos diferidos	7					(56.307,61)		(56.307,61)	(56.307,61)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	7,13		300,00	5.407,20	-	(19.226,68)	(5.707,20)	(19.226,68)	(19.226,68)
	<b>7</b>		<b>300,00</b>	<b>5.407,20</b>		<b>(75.534,29)</b>	<b>(5.707,20)</b>	<b>(75.534,29)</b>	<b>(75.534,29)</b>
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>8</b>						<b>(74.018,37)</b>	<b>(74.018,37)</b>	<b>(74.018,37)</b>
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>	<b>9=7+8</b>						<b>(79.725,57)</b>	<b>(149.552,66)</b>	<b>(149.552,66)</b>
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>									
Realizações de capital								-	-
Entradas para cobertura de perdas								-	-
Outras operações	10							-	-
<b>POSIÇÃO NO FIM DE 31-12-2014</b>	<b>11=6+7+8+10</b>	<b>250.000,00</b>	<b>345,86</b>	<b>5.407,20</b>	<b>871,20</b>	<b>176.163,85</b>	<b>(74.018,37)</b>	<b>358.769,74</b>	<b>358.769,74</b>

O Técnico Oficial de Contas

A Administração

**R&C 2014**



Um lugar ...

## E\_ Demonstração de Fluxos de Caixa

# RELATÓRIO & CONTAS

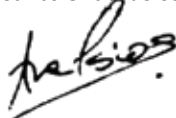
## DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA

Período findo em 31 de Dezembro de 2014

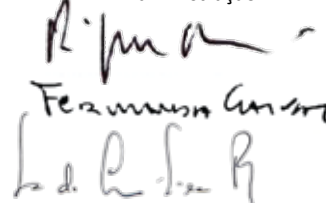
Euros

	Notas	2014	2013
<b>ACTIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Recebimentos de clientes	4, 6	1.179.096,00	1.275.968,12
Pagamentos a fornecedores	8	395.934,75	367.601,28
Pagamentos ao pessoal	9	1.040.950,69	1.058.983,10
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>-257.789,44</b>	<b>-150.616,26</b>
Pagamento / Recebimento do imposto sobre o rendimento	6	-3.897,99	4.123,35
Outros recebimentos / pagamentos	6	-36.993,28	45.936,78
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS (1)</b>		<b>-290.884,73</b>	<b>-108.802,83</b>
<b>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
<b>PAGAMENTOS RESPEITANTES A:</b>			
Activos fixos tangíveis	2	17.027,81	44.420,88
Activos intangíveis			0,00
Investimentos financeiros			0,00
Outros activos			0,00
<b>RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:</b>			
Activos fixos tangíveis			0,00
Activos intangíveis			0,00
Investimentos financeiros			0,00
Outros activos			0,00
Subsídios ao investimento			0,00
Juros e rendimentos similares	10	109,10	195,08
Dividendos			0,00
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)</b>		<b>-16.918,71</b>	<b>-44.225,80</b>
<b>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
<b>RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:</b>			
Financiamentos obtidos (CMA)			0,00
Realizações de capital e outros instrumentos de capital próprio			0,00
Cobertura de prejuízos			0,00
Doações			0,00
Outras operações de financiamento	5,14	221.621,00	236.286,00
<b>PAGAMENTOS RESPEITANTES A:</b>			
Financiamentos obtidos	3	4.648,69	4.503,22
Juros e custos similares		81,96	225,96
Dividendos			0,00
Reduções de capital e outros instrumentos de capital próprio			0,00
Outras operações de capital próprio			0,00
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)</b>		<b>216.890,35</b>	<b>231.556,82</b>
<b>Variações de caixa e seus equivalentes ( 1 + 2 + 3 )</b>		<b>-90.913,09</b>	<b>78.528,19</b>
<b>CAIXA e EQUIVALENTES no ÍNICIO do PERÍODO</b>		<b>194.998,08</b>	<b>116.469,89</b>
<b>CAIXA e EQUIVALENTES no FIM do PERÍODO</b>		<b>104.084,99</b>	<b>194.998,08</b>
		<b>-90.913,09</b>	<b>78.528,19</b>

O Técnico Oficial de Contas



A Administração





**E\_ Anexo às Demonstrações Financeiras**

# **RELATÓRIO & CONTAS**

# ECALMA, EM. SA

---

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais  
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014

*(O presente documento inclui os elementos definidos pela portaria n.º 986/2009, de 7 de Dezembro – Série I – n.º 173)*

## NOTA INTRODUTÓRIA

A ECALMA- Empresa Municipal de Estacionamento e Circulação de Almada, EM.SA iniciou a sua atividade em 2004, tem sede na Rua Sociedade Filarmónica Incrível Almadense 5/7, em Almada. A Empresa é pessoa coletiva de direito privado sob a forma de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, com natureza municipal. A ECALMA é detida a 100% pelo Município de Almada (CMA) com sede na Rua Trigueiros Martel, n.º 1, 2800-213 Almada, o capital social é de 250 000€ encontrando-se realizado na totalidade.

A atividade principal é a promoção, gestão e fiscalização do estacionamento público urbano, incluindo zonas de estacionamento gerais ou específicas, no subsolo ou à superfície; a fiscalização do cumprimento do Código da Estrada e legislação complementar e a gestão do Sistema de Mobilidade Inclusiva “Flexibus”. Acessoriamente compete, também, à empresa a identificação e remoção de veículos ocupando espaços públicos, em estacionamento indevido ou abusivo, com sinais de abandono, previstos no Código da Estrada, incluindo os designados veículos em fim de vida - VFV’s .

As demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriadas as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

As demonstrações financeiras são expressas monetariamente em euros, salvo disposição em contrário.

O Balanço, a Demonstração de Resultados, a Demonstração de Alterações ao Capital Próprio e a Demonstração de Fluxos de Caixa do período findo, fazem parte integrante do presente anexo, não devendo ser lidos separadamente.

## REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da ECALMA foram preparadas de acordo com referencial do SNC (Sistema de Normalização Contabilística) que integra as NCRF (Normas Contabilísticas de Relato Financeiro) e as NI (Normas Interpretativas), adaptadas pela CNC (Comissão de Normalização Contabilística).

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam as demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, comparáveis com os do exercício anterior, apresentados como comparativos.

## PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem, tendo sido consistentemente aplicadas aos exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com as NCRF. Na preparação das demonstrações financeiras, o Conselho de Administração da empresa baseou-se no conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

Nas notas a cada uma das contas, foram incluídas explicações sobre as bases de mensuração utilizadas nas demonstrações financeiras.



**A)**

**ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS**

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição (o qual inclui o custo de compra e quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para os colocar na localização e condição necessária para funcionarem da forma pretendida) deduzido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização do bem, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	<b>ANOS DE VIDA ÚTIL</b>
Edifícios e outras construções	10
Equipamento básico	8 a 12
Equipamento transporte	4
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros ativos	4 a 8

As despesas de manutenção e reparação destes ativos são registadas como gastos no período em que ocorrem.

Nos ativos fixos tangíveis em curso estão refletidas obras em curso de requalificação da sede.

**B)**

**LOCAÇÕES**

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras, se através deles forem substancialmente transferidos os riscos e vantagens inerentes à posse, caso contrário, são classificados como locações operacionais, de acordo com a substância do contrato. As respetivas rendas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

**C)**

**SUBSÍDIOS GOVERNAMENTAIS**

Os subsídios são reconhecidos quando existe segurança de que a empresa cumprirá as condições a eles associadas e de que irão ser recebidos.

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de ativos, são reconhecidos na rubrica Outras variações no Capital Próprio e imputados numa base sistemática (proporcionalmente às depreciações dos ativos subjacentes) como rendimentos do período durante o período de vida útil dos ativos com os quais se relacionam.

Os subsídios relacionados com o rendimento, isto é, subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos no ano.

**D)**

**IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO**

A ECALMA encontra-se sujeita a imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 23% sobre a matéria coletável. Ao valor da coleta de IRC assim apurado acresce tributações autónomas sobre encargos às taxas previstas no artigo 88º do Código IRC. No apuramento da matéria coletável são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente.

Procede-se ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – impostos diferidos. Os

impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data de balanço, e que se estima que seja aplicável na data de realização dos impostos diferidos ativos ou na data de pagamentos dos impostos diferidos passivos.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas diretamente nos capitais próprios. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capitais próprios, não afetando o resultado do exercício.

**E)**

**CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER**

Estas rubricas constituem direitos a receber pela venda de bens ou serviços no decurso normal da atividade da empresa, são reconhecidos pelo seu valor nominal, deduzido de ajustamentos por imparidade, quando aplicável.

**F)**

**CAIXA E SEUS EQUIVALENTES**

Os montantes incluídos nesta rubrica incluem caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria, que podem ser imediatamente mobilizáveis.

**G)**

**PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES**

A ECALMA é Interviente Principal de uma Ação Judicial, em curso à data, cujo Autor é o condomínio de um prédio onde se situa o Parque de Estacionamento da Capitão Leitão (explorado pela Empresa) e a Ré, a Câmara Municipal de Almada (CMA), proprietária de algumas frações do imóvel.

Tendo adquirido uma fração por Contrato de Permuta, a CMA efetuou obras de vulto transformando os três pisos, destinados a arrecadações, e um quarto piso, destinado a garagem, num parque de estacionamento subterrâneo, mexendo nas vigas, pilares e lajes e ligando o prédio ao prédio contíguo, de acordo com a tese do autor. A CMA considera que deu cumprimento a todas as disposições legais e regulamentares, pelo que para a CMA a tese do autor não tem fundamento.

O processo teve início em 24/06/2012, no entanto, a ECALMA só foi chamada a intervir no processo em Maio de 2013.

O Conselho de Administração da empresa entende, de acordo com o parecer da Advogada da Empresa, que não haverá lugar ao pagamento de qualquer quantia por parte da ECALMA devido a este processo. Contudo, a eventual condenação da CMA, representará para a Empresa a cessação de lucros resultantes da exploração do referido Parque de Estacionamento.

**H)**

**FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR**

As rubricas “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” constituem obrigações de pagar pela aquisição de bens ou serviços sendo reconhecidas inicialmente ao valor nominal.

**I)**

**RÉDITO E REGIME DO ACRÉSCIMO**

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido pelo seu justo valor, líquido de impostos, abatimentos e

descontos. A Empresa reconhece o rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável a obtenção de benefícios económicos futuros. O montante do rédito não é considerado razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda sejam substancialmente resolvidas.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação de serviços.

O rédito referente aos autos enviados para a Autoridade Nacional Rodoviária apenas são reconhecidos no momento em que são validados por esta entidade reguladora.

As receitas e despesas são registadas de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de “Outras contas a receber” e em “Outras contas a pagar”.

## J)

### PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

A participação financeira da AGENEAL – Agência Municipal de Energia detida pela ECALMA é mensurada ao custo de aquisição.

## L)

### BENEFÍCIOS DOS COLABORADORES

Os benefícios dos colaboradores, a curto prazo, são reconhecidos como gasto no período. Os gastos, a curto prazo, incluem salários, ordenados, contribuições para a segurança social e benefícios não monetários (seguros de saúde, estomatologia e vida). O seguro de saúde inclui benefícios proporcionados quer aos empregados quer aos seus dependentes e cônjuges e podem ser liquidados por pagamentos feitos diretamente pelos empregados.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, vencem-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago no ano seguinte, pelo que os gastos (parciais) correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo.

Os benefícios decorrentes de cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Empresa e/ou do colaborador, ou, ainda, por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

## 1. FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria de curto prazo equivalentes. Todos os valores se encontram disponíveis para uso.

A caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2014 e 2013 têm a seguinte composição:

	em Euros	
	31-12-2014	31-12-2013
Caixa	15.606,39	28.365,14
Depósitos bancários	88.478,60	166.632,94
	<b>104.084,99</b>	<b>194.998,08</b>

## 2. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31/12/2014 e em 31/12/2013, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis e nas respetivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

em Euros									
Activo Bruto									
	Saldo em 1. jan.2013	Aquisições	Abates	Transferências	Saldo em 31.dez.2013	Aquisições	Abates	Transferências	Saldo em 31.dez.2014
Terrenos e recursos naturais									
Edifícios e outras construções	178.529,73	246,00			178.775,73				178.775,73
Equipamento básico	872.480,04	33.390,00		13.860,00	919.730,04	3.420,50		27.962,84	951.113,38
Equipamento de transporte	76.660,47				76.660,47	2.628,66			79.289,13
Equipamento administrativo	162.517,98	8.834,88			171.352,86	9.124,99	(5.080,00)		175.397,85
Activos fixos tangíveis em curso	55.290,14			(13.860,00)	41.430,14			(27.962,84)	13.467,30
Outros activos fixos tangíveis	10.748,07	1.950,00			12.698,07	1.853,66			14.551,73
	<b>1.356.226,43</b>	<b>44.420,88</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.400.647,31</b>	<b>17.027,81</b>	<b>(5.080,00)</b>	<b>-</b>	<b>1.412.595,12</b>

Depreciações Acumuladas									
	Saldo em 1. jan.2013	Aquisições	Abates	Transferências	Saldo em 31.dez.2013	Aquisições	Abates	Transferências	Saldo em 31.dez.2014
Terrenos e recursos naturais									
Edifícios e outras construções	83.187,06	17.791,53			100.978,59	26.220,60		(2.789,92)	124.409,27
Equipamento básico	496.966,35	99.943,91		(9.040,98)	587.869,28	100.705,22		(3.688,70)	684.885,80
Equipamento de transporte	66.300,42	7.809,72			74.110,14	1.972,37			76.082,51
Equipamento administrativo	149.831,27	9.373,23		(2.217,56)	156.986,94	9.223,86		(5.707,90)	160.502,90
Outros activos fixos tangíveis	10.070,33	464,76			10.535,09	869,40			11.404,49
	<b>806.355,43</b>	<b>135.383,15</b>	<b>-</b>	<b>(11.258,54)</b>	<b>930.480,04</b>	<b>138.991,45</b>	<b>-</b>	<b>(12.186,52)</b>	<b>1.057.284,97</b>

O valor líquido dos ativos fixos tangíveis em 31 de dezembro de 2014 é de 355 310,15€.

## 3. LOCAÇÕES

O contrato de locação financeira em vigor respeita a locação de viatura.

em Euros				
Ativos em Locação Financeira				
	31-12-2014	Depreciações		
		Valor Bruto	Acumuladas	Valor Líquido
Equipamento de transporte – Viatura Ligeira passageiros 48-LE-37		19.220,84	19.220,84	0,00
		<b>Capital em Dívida</b>		
Pagamentos até 1 anos		103,91		

#### 4. RÉDITO

O rédito reconhecido pela Entidade em 31/12/2014 e em 31/12/2013 é detalhado conforme se segue:

		em Euros	
		2014	2013
		<u>Valor reconhecido</u>	<u>Valor reconhecido</u>
<b>Venda de bens</b>		<b>64.426,21</b>	<b>55.137,56</b>
	Veiculos em fim de vida	64.426,21	55.137,56
<b>Prestação de serviços</b>		<b>1.124.660,07</b>	<b>1.231.146,27</b>
	Parquímetros/Parques	630.787,84	669.686,30
	Fiscalização	491.210,84	558.032,85
	Flexibus	2.661,39	3.427,12
<b>Juros</b>		<b>109,10</b>	<b>195,08</b>
	Juros de depositos	109,10	195,08
<b>Subs Exploração</b>		<b>222.000,00</b>	<b>218.062,17</b>
	Parques CMA	154.500,00	158.686,98
	Flexibus	62.000,00	59.375,19
	Parque Av Afonso Henriques	5.500,00	-
		<b>1.411.195,38</b>	<b>1.504.541,08</b>

#### 5. SUBSÍDIOS

A rubrica de subsídios é detalhada da seguinte forma:

		em Euros					
		Balço		Demonstração de resultados			
		Capital próprio		Imputação de subsídios		Subsídios à exploração	
		2014	2013	2014	2013	2014	2013
<b>Subsídios relacionados com activos</b>		<b>176.163,85</b>	<b>251.698,14</b>	<b>105.060,92</b>	<b>103.510,25</b>	-	-
	Subs P/ Investimentos	176.163,85	251.698,14	105.060,92	103.510,25		
<b>Subsídios à exploração</b>		-	-	-	-	<b>222.000,00</b>	<b>218.062,17</b>
	Parques CMA					154.500,00	158.686,98
	Flexibus					62.000,00	59.375,19
	Parque Av Af Henriques					5.500,00	
		<b>176.163,85</b>	<b>251.698,14</b>	<b>105.060,92</b>	<b>103.510,25</b>	<b>222.000,00</b>	<b>218.062,17</b>

#### 6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros:

		em Euros	
<b>Cientes</b>		2014	2013
<b>Cientes Correntes</b>			
	SalDOS não vencidos	21.749,84	10.315,71

<b>Outras Contas a Receber</b>		
	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Outros Devedores	3.418,82	3.260,71
Assessores e consultores diversos	567,33	540,00
Devedores por acréscimo de rendimentos	400,00	6.200,17
	<u>4.386,15</u>	<u>10.000,88</u>
<b>Diferimentos</b>		
	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Gastos a reconhecer (inclui gastos de seguros e contratos de assistência técnica)	16.951,40	19.774,46
Rendimentos a reconhecer		
Parques (avenças vendidas p/ utilização em 2015)	12.665,02	14.108,87
<b>Fornecedores</b>		
	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Fornecedores, Conta Corrente	25.620,03	43.892,23
<b>Estado e Outros Entes Públicos</b>		
	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<b>Ativo</b>		
IRC – PPC e PEC	15.713,76	14.827,00
IRC – Ret Fonte	27,27	-
	<u>15.741,03</u>	<u>14.827,00</u>
<b>Passivo</b>		
IRC - A Pagar	3.616,38	2.962,41
Retenção imposto s/ rend.	4.715,00	5.325,63
IVA - A Pagar	4.318,64	6.149,88
Contribuição p/ Seg. Social	18.060,44	19.605,67
	<u>30.710,46</u>	<u>34.043,59</u>
<b>Outras Contas a Pagar</b>		
	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<b>Não Correntes</b>		
Fornecedores de investimentos	-	396,69
	-	<u>396,69</u>
<b>Corrente</b>		
Fornecedores de investimentos	6.501,91	5.817,25
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a pagar ao pessoal	12.085,48	-
Outros Credores	16.560,91	28.665,73
	<u>35.148,30</u>	<u>34.482,98</u>
	<u>35.148,30</u>	<u>34.879,67</u>

## 7. INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de dezembro de 2014 o capital da empresa integralmente realizado, é de 250 mil euros, detido na sua totalidade pelo Município de Almada e encontra-se representado por 250 mil ações com o valor unitário de um euro.

Os estatutos da Ecalma estabelecem na alínea a) do artigo 29º, que, no mínimo, 10% do resultado anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos ou incorporadas no capital.

Nos períodos de 2014 e 2013, o capital próprio apresentava a seguinte decomposição:

	em Euros	
	2014	2013
Capital realizado	250.000,00	250.000,00
Reservas Legais	345,86	45,86
Outras reservas	5.407,20	-
Resultados transitados	871,20	871,20
Outras variações no capital próprio	176.163,85	251.698,14
Resultado líquido do exercício	(74.018,37)	5.707,20
	<b>358.769,74</b>	<b>508.322,40</b>

Na rubrica “outras variações no capital próprio” estão incluídos valores que se relacionam com subsídios ao investimento – passivos por impostos diferidos. Representando o valor de 56 307,61€ e 85 834,24€, nos períodos de 2014 e de 2013 respetivamente, redução justificada por via das amortizações de investimentos financiados em anos anteriores pelo Município de Almada.

## 8. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, foi a seguinte:

	em Euros	
	2014	2013
Serviços especializados	134.323,20	112.487,50
Materiais	21.644,64	32.002,80
Energia e fluidos	68.726,12	74.499,69
Deslocações, estadas e transp.	430,03	428,36
Serviços diversos	185.959,90	192.075,16
	<b>411.083,89</b>	<b>411.493,51</b>

## 9. GASTOS COM PESSOAL

Os benefícios dos empregados reconhecidos na demonstração de resultados são exclusivamente de curto prazo.

O número medio de colaboradores da Empresa no exercício de 2014 foi de 70 e no exercício de 2013 de 72, esta redução deve-se ao absentismo, bem como à rescisão de contratos de trabalho por iniciativa do trabalhador.

O decréscimo nos gastos com pessoal deve-se, no que concerne a remunerações, ao absentismo. O valor de seguro de acidentes de trabalho foi renegociado.

	em Euros	
	2014	2013
Remunerações Órgãos Sociais	39.030,26	38.741,31
Remunerações do pessoal	773.469,71	794.336,96
Encargos sobre Remunerações	174.814,61	179.891,81
Seguro Acidentes Trabalho	6.928,72	11.531,53
Outros gastos com Pessoal	34.621,91	34.481,49
	<b>1.028.865,21</b>	<b>1.058.983,10</b>

Descrição	2014	2013
Benefício de curto prazo (*)	1.014.705,06	1.044.175,10
Outros benefícios (**)	14.160,15	14.808,00
	<b>1.028.865,21</b>	<b>1.058.983,10</b>

(\*) inclui remunerações Órgãos Sociais e Pessoal, encargos, gastos ação social, fardamento, formação, serviços SHST

(\*\*) Seguro de vida e saúde

## 10. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A rubrica “Outros rendimentos e ganhos” nos exercícios de 2014 e 2013, teve a seguinte decomposição:

	em Euros	
	2014	2013
Descontos pp obtidos	220,00	-
Outros rendimentos e ganhos	113.348,99	109.889,93
	<b>113.568,99</b>	<b>109.889,93</b>

Na rubrica “outros rendimentos e ganhos” estão incluídos valores que se relacionam com imputação de subsídios para investimento no valor de 105 060,92€ e 103 510,25€, nos períodos de 2014 e de 2013 respetivamente, por via das amortizações de investimentos financiados em anos anteriores pelo Município de Almada. Ainda se incluem, nesta rubrica, no exercício de 2014, valores de correções a exercícios anteriores relativas a regularizações de amortizações de ativos fixos tangíveis no montante de 6 707,96€.

## 11. OUTROS GASTOS E PERDAS

A rubrica “Outros gastos e perdas” nos exercícios de 2014 e 2013, tinha a seguinte decomposição:

	em Euros	
	2014	2013
Impostos	876,94	746,62
Outros gastos e perdas	15.665,47	10.187,60
	<b>16.542,41</b>	<b>10.934,22</b>

Na rubrica “outros gastos e perdas” estão incluídos valores de correções de exercícios anteriores, comissões e outras despesas. O aumento no valor relativamente ao exercício anterior deve-se basicamente a valores de seguros e aumento nos valores de comissões sobre transações em terminal de pagamento automático.



## 12. GASTOS DE DEPRECIACÃO E DE AMORTIZACÃO

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os gastos com depreciações e amortizações apresentavam-se como se segue:

	em Euros	
	2014	2013
<b>Activos Fixos Tangíveis</b>		
Edifícios e outras construções	17.850,92	17.791,53
Equipamento básico	108.676,34	90.902,93
Equipamento de transporte	1.972,37	7.809,72
Equipamento administrativo	9.223,86	7.155,67
Outros activos fixos tangíveis	869,40	464,76
	<b>138.592,89</b>	<b>124.124,61</b>

## 13. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O detalhe da rubrica “Imposto sobre o rendimento” é como se segue:

	em Euros	
	2014	2013
Imposto corrente	3.616,38	2.962,41

### **Reconciliação da Taxa Efectiva de Impostos**

	2014	2013
Resultados Antes de Impostos	(70.401,99)	8.669,61
Correções relativas a períodos de tributação anteriores	397,80	1.023,71
Multas, coimas, juros compensatórios	1.091,30	
Outros acréscimos ao rendimento tributável	40,00	
Restituição impostos não dedutíveis/excesso de estimativa para impostos	(1.211,55)	(1.238,13)
Lucro Tributável	(70.084,44)	8.455,19
Reporte de prejuizos fiscais		6.341,39
Matéria Coletavel	(70.084,44)	2.113,80
Impostos à taxa de 25%		528,45
Tributação Autónoma	3.564,99	2.299,03
Outros	51,39	134,93
IRC estimado para o exercício	3.616,38	2.962,41

## 14. PARTES RELACIONADAS

A ECALMA é detida em 100% pela entidade Câmara Municipal de Almada, estando esta obrigada a apresentação de contas consolidadas (CMA/ECALMA/SMAS).

A Ecalma é detentora de 0.38% (997,60€) de participação no património associativo nominal da AGENEAL – Agência Municipal de Energia de Almada.

Durante o exercício de 2014, os saldos e transações mantidos com partes relacionadas – Câmara Municipal de Almada, detentora da totalidade do capital social – respeitam, essencialmente, à atividade operacional. As transações mais significativas efetuadas com esta entidade referem-se a Subsídios à Exploração.

Relativamente aos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, as transações realizadas referem-se a consumos de água nos Parques de Estacionamento.

	2014	2013
<b>Transações</b>		
<b>SMAS</b>		
. Abastecimento de Água	2.449,75	5.344,89
<b>Câmara Municipal de Almada</b>		
. Subsídios à Exploração	222.000,00	218.062,17
. Venda de títulos Flexibus	21,00	5,00

	2014	2013
<b>Saldos</b>		
<b>SMAS</b>		
. Abastecimento de Água	126,82	2.644,59
<b>Câmara Municipal de Almada</b>		
. Subsídios à Exploração	400,00	6.200,00
. Venda de títulos Flexibus	6,00	5,00

Os termos ou condições praticados entre a Empresa e as partes relacionadas são idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre as entidades independentes em operações comparáveis.

#### Remunerações do pessoal chave da gestão

	2014	2013
<b>Conselho de Administração</b>		
Administrador Executivo (*)	39.030,26	38.741,31

(\*) verba relevada e Gastos com Pessoal. O Conselho de Administração é constituído por três elementos sendo, apenas, um deles remunerado.

#### 15. OUTRAS DIVULGAÇÕES

##### . SITUAÇÃO CONTRIBUTARIA E CONTRIBUTIVA

A ECALMA tem a sua situação tributária e contributiva regularizada perante a Autoridade Tributária e a Segurança Social, respetivamente.

#### 16. EVENTOS SUBSEQUENTES

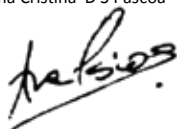
Na presente data, o Conselho de Administração não tem conhecimento de fatos ou acontecimentos posteriores a 31 de dezembro de 2014 que justifiquem ajustamentos ou divulgações nestas demonstrações financeiras.

## 17. DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2014 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 31 de março de 2015, sendo posteriormente remetidas ao Município de Almada para aprovação pela Assembleia Geral nos termos da legislação comercial em vigor.

O Técnico Oficial de Contas

Ana Cristina D S Páscoa



O Conselho de Administração



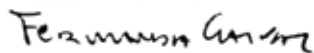
Rui Jorge P S Martins

(Presidente do Conselho de Administração)



Maria do Carmo M Borges

(Vogal Não Executiva do Conselho de Administração)



Fernanda N O Gaspar

(Vogal Executiva do Conselho de Administração)



Um lugar ...

## E\_ Parecer do Fiscal Único e Certificação Legal de Contas

# RELATÓRIO & CONTAS

## Relatório e Parecer do Fiscal Único

**Aos Acionistas da,**

ECALMA – Empresa Municipal de Estacionamento e Circulação de Almada, E.M., S.A. (ECALMA)

De acordo com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, cumpre-nos submeter à vossa apreciação o Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da ECALMA, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Através de reuniões com o Conselho de Administração, bem como de esclarecimentos e de informação recolhida junto dos serviços competentes, informamo-nos acerca da atividade da empresa e da gestão do negócio desenvolvida e procedemos à verificação da informação financeira produzida ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, efetuando as análises julgadas convenientes.

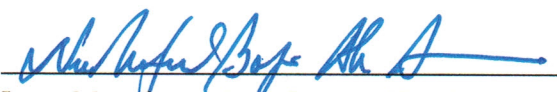
Averiguámos da observância e do cumprimento da lei dos atos do Conselho de Administração da sociedade e procedemos à verificação periódica, com a profundidade julgada oportuna, dos livros, registos contabilísticos e da documentação que lhe serviu de suporte, verificámos se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela empresa conduzem a uma correta representação do património e dos resultados e levámos a cabo outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço em 31 de dezembro de 2014, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o Anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2014 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas que não inclui reservas nem ênfases.

Face ao exposto, somos de parecer que as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele incluída, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Empresa o nosso apreço pela colaboração prestada.

Porto, 31 de março de 2015



Jorge Macedo & Nuno Borges, SROC, Lda

Representada por Nuno Miguel Borges Alves Pereira (ROC n.º 1533)

## Certificação Legal das Contas

### Introdução

1. Examinamos as demonstrações financeiras da ECALMA – Empresa Municipal de Estacionamento e Circulação de Almada, E.M., S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2014, (que evidencia um total de ativos de 519.221,16 euros e um total de capital próprio de 358.769,74 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 74.018,37 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o Anexo.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

**NUNO BORGES**  
**revisor oficial de contas**

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

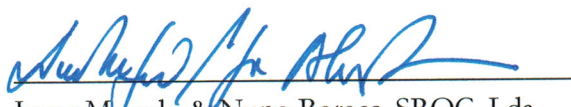
**Opinião**

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da ECALMA – Empresa Municipal de Estacionamento e Circulação de Almada, E.M., S.A., em 31 de dezembro de 2014, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

**Relato sobre outros requisitos legais**

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Porto, 31 de março de 2015



Jorge Macedo & Nuno Borges, SROC, Lda

Representada por Nuno Miguel Borges Alves Pereira (ROC n.º 1.533)